

Ao cabo de quarenta e cinco anos de existência, eis que saílo nº 12 de D.I. É sai diferente, tanto pelo volume (16 páginas), como pela estrutura, transcrevendo um único documento, acompanhado apenas por dois breves comentários. Trata-se de um testemunho, que nos pareceu importante não fragmentar, sobre a marcha de 130 padres ocorrida em Barcelona há seis meses, e que foi objecto de notícias coloniosas nos periódicos controlados pelos regimes ditatoriais dos dois países ibéricos. O documento fala por si; mas uma coisa não devemos de apontar: a forma como os movimentos de leigos souberam estar com os seus padres num momento em que a propagação e a calúnia se abaciam sobre eles.

Com esta publicação queremos prestar uma homenagem simples aos nossos irmãos de Espanha que lutam com coragem, na fé e na esperança. É nada melhor do que estas palavras de Olivier Maillard, para exprimir o seu drama, que é também o nosso:

"Mas a Espanha no poder diz-se "católica". Ora, toda a nossa procura de cristãos é orientada para uma encarnação do Evangelho no nosso tempo, através da libertação dos pobres e do combate pela justiça social.

(...) Como é então possível deturpar o Evangelho, pondo-o ao serviço dos poderosos e dos ricos? Como poderíamos nós aceitar um Poder que empunha numa das mãos a bandeira católica e na outra o ferro da ditadura; que, ocupando o seu trono ao lado do altar, sufoca o homem que tem sede de pão e de liberdade?

Um Poder assim, que se diz católico, faz-nos sofrer mais que um governo ateu que perseguisse a Igreja. Na verdade, este conluio do Evangelho com o Poder não é mais do que uma deturpação da verdade evangélica; é, além disso, uma paralisia na vida da Igreja. Também o Evangelho pode ser encarado". (Frères du Monde, nº 42)



Os movimentos e associações do apostolado leigo, abaixo assinados, fazendo-se eco do estado de confusão originado numa informação parcial e tendenciosa, da marcha pacífica e silenciosa de um grupo de sacerdotes de Barcelona, julgam-se obrigados a difundir para a opinião pública o esclarecimento anexo, acerca dos acontecimentos ocorridos no dia 11 de Maio de 1966.

Nós solidarizamos-nos com os sacerdotes manifestantes, na reprovação do ódio e da violência que afogam os direitos da pessoa humana. E protestamos pela violência exercida, sistematicamente e sem justificação, no dia 11 de Maio, na pessoa daqueles sacerdotes.

JEC, JIC, JAC, JOC  
 JEC/F, JAC/F, JOC/F  
 Delegação Diocesana de Escutismo de Barcelona  
 M.S.C. "Minyons Escoltes"  
 Guies Sant Jordi  
 Pax Christi (Grupo Regional Catalão)  
 Franciscália  
 Hermandad Obrera de Acción Católica (HOAC)  
 Acción Católica Patronal  
 Acción Parroquial Urbana  
 ACI, ACO, Graduados  
 Movimiento Rural de Acción Católica  
 Centro Ecuménico  
 Liga Espiritual M. D. de Monserrat  
 Confraria de la M.D. del Virtália  
 Congregação Mariana Universitária - FECUM

A MARCHA PACÍFICA E SILENCIOSA DE 130 SACERDOTES  
DE BARCELONA

(Esclarecimento redigido por um grupo de sacerdotes participantes)

Feridos no mais íntimo de nós mesmos e atacados no nosso bom nome com palavras caluniosas e difamantes, transmitidas pelos grandes órgãos de informação, não nos é consentido fazer chegar a nossa voz ao público, utilizando os meios que seriam normais.

Por isso, nos atrevemos recorrer a este meio que nos resta: um meio pobre, débil, de difusão limitada; será a forma de fazer ouvir agora a nossa voz, que quer ser uma voz de fraternidade e amor para os homens de boa vontade.

Índice deste esclarecimento

- 1 - Em primeiro lugar, é preciso esclarecer os factos, porque foram deturpados. Por esse motivo, começaremos com uma relação dos factos de quarta-feira, 11 de Maio de 1966, entre as 12,30 h. e as 13,45 horas. Dessas factos damos o nosso testemunho.
- 2 - Depois, temos de deixar patente a nossa intenção, porque nos caluniaram, atribuindo-nos toda a casta de objectivos escuros e más intenções. O que queríamos com a nossa "marcha pacífica", só o pode dizer quem nela participou.
- 3 - Também cueremos dizer uma palavra sobre o procedimento usado: a "marcha pacífica e silenciosa". Não tentamos defendermo-nos. Só queremos explicar o motivo porque escolhemos tal procedimento.
- 4 - Finalmente, faremos a enumeração dos pontos em que desejariamos insistir, como resumo e conclusão de todo este esclarecimento.

O desfile pacífico e a sua dispersão pela polícia

1 - Reunimo-nos, um grupo de sacerdotes e religiosos, no claustro da Catedral, às 12,30 da manhã de 11 de Maio. O tempo que permanecemos no claustro serviu para nos agruparmos e irmos tomando consciência, pessoalmente, do que íamos fazer. Isso nos permitiu ler, individualmente, dois documentos.

2 - O primeiro documento era uma carta ao Sr. António Creix, Inspector Chefe da Brigada de Investigação Social de Barcelona. Cada qual recebeu uma cópia a policopiador: eis o texto:

"Sr. D. António Juan Creix, Inspector Chefe da Brigada de Investigação Social. Sr. Inspector:

Profundamente angustiados pelas situações de violência que estão ocorrendo na nossa cidade e tendo tomado conhecimento do tratamento infligido ao estudante da Escuela Especial de Ingenieros Industriales, Joaquim Boix Lluch, queremos publicamente manifestar o nosso desacordo em relação a esse facto e a essa situação e expressar o nosso desejo de que todos os homens de boa vontade venham a aceitar, como norma válida de conduta a que dimana da doutrina sobre a dignidade da pessoa humana, que a Igreja proclamou com tanta clareza e que foi igualmente promulgada pela "Declaração Universal dos Direitos do Homem".

Queremos, pois, recordar, movidos pelo zelo pastoral e na nossa qualidade de cidadãos, que:

"Nenhuma pessoa será submetida a tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes" (Declaração Universal dos Direitos do Homem, artº 5º).

"Todo o ser humano tem direito ao respeito pela sua pessoa" (Encíclica Pacem in Terris, nº 10).

"Todo o ser humano tem direito à integridade física".(id.nº9)

"Descendo a consequências práticas da máxima urgência, o Concílio inculca o respeito pelo homem: ... tudo quanto viole a integridade da pessoa humana, por exemplo ... as torturas morais ou físicas ... e outras práticas parecidas, são, por sua natureza, infames, degradam a civilização humana, desonram mais os seus actores que as vítimas e são totalmente contrárias à honra devida ao Criador".(Vaticano II. Constituição Pastoral sobre a Igreja no mundo actual, Cap.II nº 27).

"Aqueles que sentem e actuam de modo diferente do nosso em matéria social, política e inclusivamente religioso, devem ser também objecto do nosso respeito e amor. Quanto mais humana e caridosa fôr a nossa compreensão interior da sua maneira de sentir, maior será a facilidade para estabelecer com eles o diálogo" (Id. nº 28).

Tal é a doutrina que nos moveu a nós, sacerdotes da diocese de Barcelona, a exprimir o desejo de que também V. promova, para com os cidadãos, um tratamento que esteja de harmonia com ela.

Barcelona, 11 de Maio de 1966"

3 - O segundo documento era dirigido ao Sr. Arcebispo de Barcelona, Mons. Gregorio Modrego. Circularam entre nós algumas cópias dactilografadas da carta que devia ser entregue imediatamente e que lhe comunicava as razões e o sentido do acto que íamos realizar. Eis o respectivo texto:

"Barcelona, 11 de Maio de 1966

Exmo. e Revmo. Sr. D. Gregorio Modrego Casaus  
Arcebispo de Barcelona

Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor:

Queremos expôr claramente as razões e o significado de um gesto que neste momento se está a realizar por iniciativa dum grupo de sacerdotes diocesanos e religiosos desta Arquidiocese de Barcelona.

O gesto consiste simplesmente em nos reunirmos na Sé Catedral para fazer uma oração comunitária e a seguir sairmos à rua para nos dirigirmos à Jefatura Superior de Polícia afim de apresentar ali a nossa digna e respeitosa desaprovação pelos maus tratos infligidos aos estudantes da Universidade de Barcelona, sobretudo ao aluno da Faculdade de Engenheiros Joaquim Boix Lluch.

Os motivos que nos impellem a actuar assim, fundam-se na sólida doutrina da Constituição Pastoral sobre a Igreja no mundo moderno, que, entre outras, faz afirmações tão contundentes como esta: "A Igreja, que por força da sua missão e competência, não se confunde de modo algum com a comunidade política nem está submetida por qualquer sistema político, é a um tempo sinal e salvaguarda de carácter transcendente da pessoa humana." (nº 76).

Creemos que, perante a perplexidade e ainda o escândalo do nosso povo, que identifica a Igreja com determinadas formas de Poder, temos a grave obrigação de ser "sinais e salvaguarda do caracter transcendente da pessoa humana". E o facto de, publicamente, à maneira de sinal legível desaprovarmos uma ofensa à dignidade da pessoa humana, não está de modo algum vinculado ao facto de os prejudicados serem ou não crentes.

Com este gesto não queremos comprometer oficialmente a Igreja, antes desejamos que ele seja interpretado no seu justo valor religioso, isto é, como um exercício normal "dessa liberdade dos filhos de Deus que repudia todas as formas de escravidão, visto que em última instância, derivam do pecado", liberdade que "o Evangelho anuncia e proclama" (Gaudium et Spes, nº 41).

Rogamos a V. Excia. que aceite este nosso compromisso que, segundo a nossa consciência, cai plenamente no âmbito das nossas mais graves e perentórias obrigações pastorais, e que ore para que o Povo de Deus, em Barcelona, não se furte às consequências iniludíveis da sua condição de "sacramento do mundo" (Lumen Gentium, nº 9)."

4 - Passadas as 12,45 da manhã, entrámos silenciosamente na Catedral. Sentámo-nos nos primeiros bancos e fizemos oração em comum. Um de nós leu um fragmento da Sagrada Escritura:

1ª Carta de S. Paulo aos Tessalonicenses, capítulo 1,2-10:

Damos contínuas graças a Deus por todos vós, ao fazermos, sem cessar, menção de vós nas nossas orações, recordando o labor da vossa fé, o esforço da vossa caridade e a constância da esperança que tendes em Nosso Senhor Jesus Cristo, na presença de Deus, Nosso Pai.

Nós sabemos, irmãos dilectos em Deus, que fostes escolhidos, porque o nosso Evangelho não consistiu, para vós, somente em palavras, mas também em força, em Espírito Santo e em grande profusão: sabeis, aliás, como nos comportámos entre vós, por vosso interesse. E vós fizestes-vos imitadores nossos, bem como do Se-

7

nhor, recebendo a Palavra no meio de muitas tribulações, com a alegria do Espírito Santo, a ponto de vos haverdes tornado num modelo para todos os crentes da Macedónia e da Acaia. De vós, com efeito, ecoou a Palavra do Senhor: não só na Macedónia e na Acaia, mas em toda a parte se divulgou a vossa fé em Deus, de modo que não precisamos de dizer nada acerca dela. De facto, são eles próprios que, de nós, anunciam qual foi o acesso que tivemos junto de vós, e como, dos ídolos, vos convertestes a Deus, para servirdes ao Deus vivo e verdadeiro, e aguardardes que venha lá dos céus o seu Filho, ao qual ressuscitou dos mortos: Jesus, que nos livra da ira vindoura.

5 - Um dos nossos dirigiu-nos, acto contínuo, estas braves palavras:

Nós somos sacerdotes. A nossa missão é rezar, oferecer, santificar, pregar. As nossas motivações são e hão-de ser sempre religiosas, pastorais.

Todos são nossos irmãos. Não odiamos ninguém, ainda que tenhamos consciência de que a nossa presença, muitas vezes, gera ódios, pelo nosso pouco acerto em apresentar a Igreja e pelos nossos erros nos compromissos temporais, fruto do nosso medo, fruto do nosso temor de seguir a Cristo. Não importa: para além das nossas fraquezas, sabemos-nos e queremos ser irmãos de todos.

Hoje, julgamos que temos de dizer, com a nossa presença, aquilo que muitas vezes não dizemos com as palavras. Talvez hoje muitos não o compreendam; porventura os nossos irmãos polícias irão indignar-se. Mais tarde, sim. Mais tarde, todo o mundo verá com clareza.

Nós somos da Igreja e queremos ser consequentes com a doutrina que recebemos, com a doutrina que damos. Crems na pessoa humana, feita à imagem e semelhança de Deus, digna, portanto, de todo o respeito que tal condição lhe confere. Talvez agora, tenhamos medo, como Cristo teve, mas também como Ele, temos o zelo da obra do Pai.

Rogamos por todos os nossos irmãos, unidos outados: que com a nossa doçura e benignidade, sejamos luz de paz e de

amor em Cristo e na Igreja.

Que Deus nos ajude. Amen.

6 - Uma vez mais se acentuou o sentido e a ordem do acto. Tratava-se de ir em "marcha pacífica e silenciosa" até à Jefatura Superior de Polícia da Via Layetana, deixar aí uma carta para D. António Creix e depois dirigirmo-nos à Igreja de S. Francisco de Paula, para terminar com uma oração em comum e regressar cada qual a sua casa. Enquanto tudo isto se passa, alguns iriam ao Sr. Arcebispo entregar a carta em que lhe comunicávamos o que estávamos a fazer.

7 - Os portadores de carta depararam com a surpresa da ausência do Sr. Arcebispo. Deixaram, então, a carta nas mãos do Vigário Geral, Dr. D. Juan Serra Puig.

8 - Entretanto, saímos, os restantes, pela porta principal da Catedral. O grupo era formado por uns 100 sacerdotes e religiosos; outros se vieram reunir a nós, até chegarmos a uns 130.

Mal acabámos de sair, os agentes da Polícia Secreta tentaram dissuadir-nos de prosseguir a "marcha pacífica", ordenando-nos em altos gritos que nos dispersássemos.

O grupo continuou, ordenadamente, pelo passeio da rua Dr. Joaquim Pou, sem interromper a circulação em qualquer momento.

9 - À medida que chegávamos à Jefatura, colocámo-nos diante da fachada no amplo passeio.

Rapidamente, alguns agentes em uniforme, desceram de "jeeps" e colocaram-se diante da porta.

Um deles perguntou, em altos gritos, o que queríamos. Um dos nossos respondeu que levávamos uma carta dirigida ao Sr. Creix. Os agentes gritaram que não queriam carta nenhuma e que nos dispersássemos rapidamente. Respondemos que nos retiraríamos de forma silenciosa, mas que tomassem conta da carta.

Como única resposta, a força pública começou a carregar-nos com as matracas. Havia poucos segundos que tínhamos chegado.

Apercebendo-nos de que não era possível fazer nada aquele de nós que segurava a carta, atirou-a em direcção à porta da entrada, na esperança de que alguém a recolhesse. A carta foi parar em cima de um dos automóveis ali estacionados. Reparámos que um agente a recolheu e guardou no bolso.



10 - Apareceram mais polícias de uniforme que se juntaram aos que já estavam a carregar nos sacerdotes e religiosos. Numerosos agentes da polícia secreta, que até ao momento se tinham limitado a observar, juntaram-se também aos que estavam a carregar. Éramos agredidos com um furor desusado, na cara, na cabeça, nas costas, com matracas, murras e pontapés.

11 - O grupo não se dispersou fugindo, mas ia-se retirando à medida que a polícia carregava. O grupo foi empurrado pelos golpes da polícia, desde o passeio da Jefatura até ao outro passeio da Via Layetana. Foi só então que o trânsito ficou interrompido.

12 - Os polícias continuaram a carregar com crueldade no grupo que subia o passeio, via Layetana acima, acompanhando os golpes com gritos de "traidores" e outros insultos. Todos aguentámos os golpes, passivamente, sempre andando, até chegar à igreja de S. Francisco da Paula.

13 - Contrariamente ao que prevíamos, a igreja estava fechada. A partir daqui e devido à brutal intensificação dos golpes, o grupo dispersou-se.

A parte mais numerosa continuou pelas ruelas de S. Francisco e Ramón Más, contíguas à referida igreja. Aproveitando-se do engarrafamento, os agentes atacaram com mais fúria.

O grupo perseguido pela Polícia, dividiu-se em dois: um subiu pela rua Junqueras e o outro pela via Layetana, sempre perseguidos de forma brutal, com pontapés na barriga.

14 - Aqui, deu-se um caso que lamentamos: com um gesto instintivo de auto-defesa, um dos nossos fez ir ao chão o barrilete dum agente da Polícia, que por sua vez o pôde recuperar tranquilamente.

Não sabemos de nenhum outro acto "agressivo" por parte de algum dos nossos. Se tiver havido mais qualquer outro, igualmente o lamentamos. A mais de um agente lhe caiu ao chão a matraca. Nenhum de nós tentou impedir a recuperação.

15 - Na praça de Urquinaona, os dois grupos voltaram a reunir-se. A Polícia voltou à carga.

Um dos nossos, que tentou refugiar-se no nº 7 da rua de Lauria, viu-se abanado dentro da entrada.

Um grupo bem reduzido procurou refugiar-se no edifício dos Padres Jesuitas da rua Caspe. Ao entrar na igreja, um polícia agrediu com um golpe tremendo na cabeça um religioso que entrou no templo a sangrar.

16 - "Jeeps" da Polícia estacionaram diante das portas da residência, da igreja e do colégio dos Padres Jesuitas até às 7 da tarde, mais ou menos.

Para completar esta informação acrescentamos que no sábado, dia 14 de Maio, às 12,30 da manhã, se juntou no pátio do Palácio Episcopal um grupo de 250 sacerdotes e religiosos.

O Senhor Arcebispo recebeu uma comissão que lhe leu, durante a audiência, o seguinte:

"Os sacerdotes aqui presentes e outros que não puderam estar:

1 - Condenamos energeticamente a violência, como forma habitual de convivência. Deploramos, particularmente, as cenas de violência que ultimamente se produziram em Barcelona e fazemos especial menção daquelas de que foram objecto os sacerdotes na Universidade e na Via Layetana, no passado dia 11.

2 - cremos que, embora não fosse possível provar juridicamente a violência exercida recentemente sobre determinado estudante, o espectáculo de brutalidade dado no citado dia 11 de Maio, na via Layetana, é uma prova pública duma maneira de proceder que viole os direitos mais elementares das pessoas.

3 - Solidarizamos-nos com os sacerdotes manifestantes na reprovação da violência que constitui um atropelo dos direitos das pessoas.

4 - Observamos, alarmados, como o uso da violência, por actos e palavras (meios de radio-difusão, certa imprensa) corrompe as relações de convivência entre os homens da nossa sociedade.

5 - Sabemos que os juizos a que dão lugar os lamentáveis factos do dia 11 de Maio podem ser diversos, segundo a pureza das fontes de informação e segundo a predisposição com que cada qual os analise, mas temos como coisa certa que a violência que atropela os direitos das pessoas não é forma evangélica de proceder e que a união entre as opiniões discrepantes no juízo sobre estes factos, se deve fazer, e não se faz, menos, com a reprovação enérgica e unânime.

6 - Cremos que, independentemente da oportunidade da iniciativa dos sacerdotes que tomaram parte na marcha silenciosa e pacífica, a reprovação das manifestações violentas da força pública tem que ser clara e inequívoca. Inclusivamente, no caso de ter sido menos acertada a actuação dos sacerdotes, merecia respeito a sua condição de sacerdotes. Sòmente uma reparação pública restituirá aos fieis e aos mesmos sacerdotes a confiança na autoridade eclesiástica.

7 - Sugerimos que, se não se considera oportuno recordar a vigência do cânon 2343, § 4 e aplicar as penas previstas, é conveniente tornar presente a todos os sacerdotes a renúncia ao "privilégio do cânon".

8 - Acima de tudo somos católicos e queremos em consequência que os actos realizados não sejam encarados unicamente adentro do contexto da diocese ou da Catalunha, nem sòmente adentro do âmbito jurisdicional da Conferência Episcopal Espanhola, mas sim à luz da Igreja Universal e dos critérios que proclamou no Concílio."

## II - A INTENÇÃO QUE TÍNHAMOS E A FINALIDADE QUE NOS MOVIA AO EFECTUARMOS A MARCHA PACÍFICA E SILENCIOSA.

1 - Os que efectuámos a "marcha pacífica" éramos um grupo de cerca de 130 sacerdotes e religiosos.

O que pretendíamos com o nosso acto, só nós o podemos declarar. Poder-se-á estar ou não de acordo com o procedimento. Mas unicamente aqueles que o puseram em prática, podem dizer a intenção que os movia:

2 - Este direito não foi respeitado. A imprensa, a rádio e a televisão não só deformaram a informação, mas até nos atribuíram intenções sinuosas, de maneira que o cidadão tem forçosamente de formar um conceito monstruoso dos sacerdotes e religiosos que participaram na referida "marcha pacífica".

3 - Falou-se na mesma ocasião, de separatismo; relacionou-se a "marcha pacífica" com as igrejas incendiadas em Madrid em 1931; falou-se dos raptos de Mons. Ussia; disse-

-se que protestávamos contra a vinda de Mons. Marcelo Gonzalez para Arcebispo-Coadjutor de Barcelona, que éramos agentes de forças estranhas inconfessadas; que nos moveu um zelo político e não religioso; que quisemos realizar um acto de indisciplina eclesiástica.

Nós protestamos por nos terem atribuído todos esses intuitos e maquinações. Esta miscelânea estabelece a confusão e complica as coisas, em lugar de as esclarecer.

Protestamos por tudo isso, como usurpação dum direito que nos pertence.

4 - Porque nós reivindicamos o direito de falar sobre este assunto. Até agora, só tínhamos comunicado a intenção do nosso gesto ao Sr. Arcebispo, na carta que lhe endereçámos e a D. António Creix, na carta que pretendemos entregar.

Agora, exercendo um direito que é nosso e bem nosso, fazemos neste lugar uma declaração de intenções.

Dirigimo-nos às pessoas de boa fé, pedindo-lhes que aceitem a nossa palavra de sacerdotes e repudiem todas as interpretações malévolas e interesseiras que as outras pessoas deram ao nosso gesto. Pois somos nós quem tem de explicar o significado e intenção do nosso gesto, porque de nós partiu.

5 - Assim, afirmamos e declaramos que o motivo único e exclusivo da "nossa marcha pacífica e silenciosa, do dia 11 é de ordem religiosa e humana: desaprovar e protestar contra as muitas violências, vexames e calúnias que desde há muito recaem sobre pessoas e instituições.

6 - Os autores das violências que deploramos ou estão escudados numa força e poder que deveriam pôr ao serviço da justiça e da paz, ou ficam sempre encobertos por um mistério indecifrável que a Polícia, que tão eficiente se mostra noutros campos, se vê sempre impotente para esclarecer.

Vêde se foram descobertos os incendiários da "Casa Montserrat", os agressores de D. António Bascompte, os agressores do Padre Evely ou os que fizeram destroços no "Forum Verges" das Congregações Marianas e nos locais do Centro de Influência Católica Feminina.

7 - Ultimamente, estes actos de violência e vexame vão-se multiplicando, por ocasião da assembleia de estudantes no Convento dos Padres Capuchinhos de Sarriá e em toda a crise universitária. Um professor, para mais religioso, o P. Alvarez Bolado, foi espancado por agentes da Polícia no pátio da Univer-

sidade quando protestava pelos maus tratos que estavam a dar a algumas jovens estudantes.

8 - Daí; perante tal situação de violência crescente e informados dos tratos infligidos pela Polícia ao estudante da Escola de Engenheiros Joaquim Boix Lluh, o termo-nos decidido a manifestar a nossa desaprovação e protesto contra tantas violências, vexames e calúnias, de forma pública, promovendo a nossa "manifestação pacífica".

9 - Julgamos, finalmente, que a intenção que nós movia fica clara nos três documentos que transcrevemos: a carta apresentada ao Sr. Arcebispo, a carta dirigida a D. Antonio Creix e as palavras pronunciadas na Catedral após a leitura do texto de S. Paulo.

### III - O PROCEDIMENTO USADO:

#### A MARCHA PACÍFICA E SILENCIOSA

1 - Escolhemos um procedimento concreto e visível: uma marcha pacífica e silenciosa.

Um procedimento é sempre coisa discutível: agradecerá mais ou menos, considerar-se-á mais ou menos oportuno. Sobre a oportunidade e a conveniência, cada qual é livre de pensar e opinar.

O que não se pode fazer, cremos nós, é julgar e condenar sem apelo. Não cremos que uma "marcha pacífica e silenciosa" seja um procedimento imoral nem uma maneira indigna de se expressar.

Porque é que nos inclinámos para este procedimento ?

2 - Não queremos fazer aqui uma exposição exaustiva de todos os motivos nem uma justificação completa e total. Só queremos apresentar alguns dos motivos que nos levaram a tomar tal decisão. Pediríamos aos homens de boa vontade que nos leem, que queiram deter-se e reflectir sobre eles.

3 - Demos uma breve enumeração de motivos:

a) A Igreja e os cristãos não podem desinteressar-se dos problemas deste mundo. Não podem desinteressar-se, particularmente, de tudo aquilo que dum maneira ou doutre, afecta a integridade física da pessoa humana e os seus direitos individuais e sociais.

O Concílio pronunciou-se com toda a clareza. O Papa dis

se que falava na O.N.U. como cabeça da Igreja, sociedade "perita em humanidade". Vemos as intervenções concretas da Igreja dos nossos dias: leigos, sacerdotes, religiosos, religiosas, até bispos, sobre problemas como a segregação racial e as questões sociais.

b) Em Espanha, actualmente, não funcionam os "trâmites legais" que agora invocam aqueles que nos acusam e atacam, dizendo que devíamos ter seguido outro caminho. E isso, toda a gente o sabe, a começar pelos que agora levantam a voz e gritam escandalizados.

c) As experiências anteriores confirma-lo-iam se fosse necessário. Até agora, tudo o que se tentou pelas vias legais sobre os aspectos que queríamos denunciar se revelou ineficaz e o protesto não teve nenhum valor. Aqui, oficialmente nunca se torturou nem espancou ninguém; nunca se descobriram os autores de delitos como os que citámos.

d) O procedimento da "marcha pacífica", por outro lado, é de uso frequente em todos os países civilizados. Ultimamente, três bispos franceses (de Fréjus, de Marselha e de Aix-en-Provence) participaram em actos semelhantes. E todos vimos nos nossos jornais imagens dos Estados Unidos referentes ao problema da discriminação racial.

#### IV - CONCLUSÃO

Como resumo e conclusão deste esclarecimento, quiséramos que ficassem claros estes pontos:

1 - A violência não foi provocada pelos sacerdotes, decididos, desde o primeiro instante, a proceder pacificamente.

2 - A campanha desencadeada por grande número de órgãos de imprensa, pela rádio e pela televisão, não só recorreu ao insulto, mas foi também caluniosa ao acusar os sacerdotes de provocadores.

3 - A "marcha pacífica e silenciosa" dos sacerdotes, não tem nada a ver com intenções políticas, com a perturbação da ordem pública, com o separatismo, nem com a indisciplina eclesiástica.

4 - Os próprios animadores da campanha contra estes sacerdotes conhecem melhor do que ninguém a impossibilidade de responder a tal campanha por meio dos órgãos de informação e pela inoperância dos "trâmites legais" que invocam.

5 - Esta campanha tende a desviar a atenção do público para a questão de saber se podem ou não os sacerdotes manifestar-se publicamente, iludindo a questão de fundo: torturas, violências, calúnias, situações de injustiça.

6 - Ninguém se surpreende que noutros países, sacerdotes e até religiosos, se manifestem publicamente contra qualquer conculcação dos direitos do homem, como é a discriminação racial, e que de tudo isso se publiquem fotografias na imprensa do nosso país.

7 - É de estranhar que a capacidade de escândalo se manifeste, desta vez, com tanta profusão e que não haja, em contrepartida, reacções parecidas de escândalo nacional perante as 60 pesetas de salário mínimo, perante a deformação sistemática da informação, perante os abusos legais que impedem os direitos de livre associação, de reunião, de expressão, etc.

8 - Se alguém duvida de que pondo-se ao lado dos oprimidos se origina anti-clericalismo, que se interrogue se não se origina muito mais, pondo-se ao lado dos poderosos. Nós, com o nosso gesto, quisemos adoptar uma atitude evangélica em favor dos pobres e dos que sofrem.

Barcelona, 15 de Maio de 1966"

---

#### NUMEROS ANTERIORES DE DIREITO À INFORMAÇÃO:

- 1 - A consciência cristã perante a guerra em Angola
- 2 - A miséria imerecida em Portugal
- 3 - Novos documentos sobre a guerra em África
- 4 - A viagem do Papa a Bombaim
- 5 - A luta estudantil por uma Universidade livre
- 6 - Mecanismos da censura à Imprensa
- 7 - Os católicos e as eleições de 1965
- 8 - A Igreja comprometida com o regime
- 9 - O assassinio de Humberto Delgado: a justiça espanhola incrimina agentes do PIDE
- 10- Relato dos acontecimentos em Macau
- 11- Paulo VI em Fátima: relíquias de uma viagem

...No caso concreto do clero de Barcelona, posse assegurar que o gesto dos 100 padres que, no dia 11 de Maio, tentaram entregar à policia uma carta de protesto contra violências cometidas, foi um acto puramente religioso, resultado de uma indiscutivel solicitude pastoral.

Com o gesto de 11 de Maio, os sacerdotes barcelonenses tentaram romper um silêncio que pesa sobre a Igreja espanhola como um pecado histórico. Efectivamente, a identificação - sob muitos aspectos - da Igreja com uma "técnica política" determinada, fez-na mostreado aos olhos do povo como cúmplice das faltas indubitaveis cometidas por essa política contra os direitos elementares da pessoa humana.

Cónego Gonzalez Ruiz, SJ.  
(La Croix, 25/5/1966)

(...) O Concilio Vaticano II teve em Espanha uma grande repercussão e, por isso mesmo, acenturá mais a divisão entre as "duas Igrejas". É um facto público e notório que em Espanha se "esqueceu" verdadeiramente o Concilio, tanto do lado civil e do da informação, como do lado da própria Igreja.

(...) O clero e os militantes católicos de muitas dioceses queixaram-se de que, de cada vez que os seus Bispos regressavam do Concilio, se organizava uma faustosa recepção, mas que os prelados mal informavam os fieis, quando não lhes davam mesmo a entender que o Concilio não modificaria em nada as coisas e que, passada uma excitação de momento, as águas retomariam o seu curso normal.

(...) Sabemos que somos católicos, precisamente pela nossa inserção naquilo que a Igreja tem de universal. Muitos de entre nós interrogam-se angustiados se, em certas ocasiões, a adesão à Igreja universal não implicará a renúncia a uma Igreja local, surda, recalcitrante ao dinamismo conciliar.

(...) A nós, à "Igreja dos pobres de Yahvé" não nos resta mais do que a esperança: a dos grandes profetas e das personagens santas dos salmos e do Evangelho.

Cónego Gonzalez Ruiz, SJ.  
(La Croix du Nord, 24/4/62)

